

TRÁFICO DE ESPERANÇAS

José Arthur Giannotti

I

Logo depois das eleições um assessor de Fernando Collor de Mello se perguntava, com certo espanto, como fora possível que um pequeno grupo de políticos de Alagoas chegasse a tomar a Presidência da República. Como que o Estado brasileiro se tornou um objeto de assalto a ser conquistado por um *condottiere*, cercado por um bando de aventureiros que souberam substituir a força das armas pelo tráfico de esperanças? Porque no fundo, passadas a refrega e a ressaca, percebe-se que as últimas eleições não passaram de um grande logro e um desastrado salto no ar.

Um ano atrás quem prognosticasse que um obscuro governador de Alagoas chegaria à Presidência da República seria objeto de riso. O eixo da política girava em torno do triângulo São Paulo-Rio-Minas, epicentro da crise econômica e social, por conseguinte dele havendo de sair uma solução que resolvesse conflitos e organizasse aqueles interesses que fossem capazes de imporem-se como o próprio interesse nacional. O jogo político chegara a uma soma zero, paralisado por seus conflitos internos.

Como caracterizar um *interesse político*? Aqui vale a pena uma digressão. Além de ser muito difícil, talvez não seja muito produtivo começar descrevendo o que leva um indivíduo a escolher a política como profissão. Motivos diversos podem fazer com que alguém venha a ser médico, professor ou torneiro. Importa, antes de tudo, que aja como tal. E a primeira ação de um político é relacionar-se com outro político, pois sua relação com o eleitor, que o transforma em representante dele, é mediada pela aliança e exclusão de companheiros, o que lhe permite sair a campo à cata de votos. A análise duma eleição revela, em geral, o peso de classe dos votos; o estudo das políticas mostra como os grandes interesses políticos utilizam em seu favor o poder do Estado, do ponto de vis-

ta quer legislativo quer da distribuição dos fundos públicos; compreender o funcionamento do Estado põe a nu como vontades individuais se convertem numa vontade geral; mas todos estes processos estão mediados por um jogo político em que os indivíduos se constituem por relações de reciprocidade e processos de identificação, tendo em vista ocupar posições estratégicas de mando nas instituições como partidos, órgãos legislativos e executivos e, voltando-se para o exterior, em vista de outras nações.

Em condições normais, numa democracia representativa, ele não consiste numa troca direta de dá lá e toma cá; como entre os povos primitivos, o retorno vem depois de escoado um período de tempo, na forma de um apoio numa eleição, na votação de um projeto, na nomeação para um cargo público. Este indivíduo, no interior de um quadro institucional — presidente-governador, vereador, chefe partidário etc. —, o político, segue as regras definidas por seu cargo; no jogo político, porém, graças à sua rede de apoio e a processos de identificação que indicaremos logo mais, ele se torna parâmetro, ele próprio uma regra a ser levada em conta por outros. Um presidente ou um vereador podem esvaziar inteiramente seu *valor* se perderem seus apoios, isolarem-se e deixarem de *significar*, de *assinalar*, certas formas de comportamento.

Examinemos a seguinte situação: no final de seu mandato, um governador que visa ser presidente, na busca de uma posição estratégica, resolve candidatar-se ao Senado. Esta vaga, entretanto, está sendo ocupada por um político que pretende disputar sua reeleição. Para realizar seu projeto, o governador negocia com o senador seu apoio para outro cargo de prestígio, suponhamos, ministro ou deputado federal. Se o senador estivesse inteiramente desvalorizado na opinião pública e no partido, o governador realizaria seus planos sem levá-lo em consideração. A negociação parece uma troca, mas ao contrário da troca de equivalentes, como ocorre no mercado, a retribuição é feita tendo em vista manter a especificidade do político em questão. Trata-se duma troca de bens simbólicos em que o senador, por exemplo, é levado em conta como parâmetro, padrão de medida, que remete a seus próprios apoios. O governador pode muito bem, e sempre trata de fazer isso, cevar ele próprio a clientela do senador, mas necessita considerar que este é, por enquanto, o mediador autorizado dos parceiros que o acompanham. Ele é regra de mediação.

Ao tratar com ele, o governador não está simplesmente incorporando o senador a seu grupo político, ele o usa, o emprega, como um símbolo de uma determinada linha de ação. O senador não vale tão-só pela quantidade de votos que obteve, em sua vida política sofre vitórias e derrotas; o que o coloca no jogo é a *disponibilidade* para certos tipos de ação. Assim como a palavra "tijolo" vale para significar um material de construção, mas também designa uma tese acadêmica indigesta ou um golpe violento contra outrem, a figura do político é constituída pela aura de suas aplicações possíveis, como instrumento para a realização de determinados projetos. É neste ponto que incidem as diferenças ideológicas e a re-

presentatividade de classe dos indivíduos. É com estes instrumentos que os eleitores se identificam. Jânio, Maluf, Covas, Montoro, Fernando Henrique, Lula, Suplicy, para só falar de paulistas, não estão no jogo político apenas por seus respectivos potenciais de votos, que aliás variam a cada momento, mas como instrumentos de políticas possíveis, instrumentadores de projetos com os quais se identificam outros políticos, militantes e eleitores. Políticos são ferramentas no interior duma gramática.

II

Se por "gramática" se entende um esquema operatório, um sistema de regras, verbais ou não, onde cada padrão de medida, cada frase, tem seu sentido no seu emprego, no seu exercício, não caberia perguntar se existe uma gramática da política? Desde logo estaríamos reconhecendo que ela é uma forma de expressão; ao invés de exprimir diretamente interesses de classe, revelar o jogo da base material duma sociedade, como quis o marxismo ortodoxo, insiste-se em que os jogos políticos são expressivos, cabendo perguntar também pelo significado de seus lances. Desse modo, abre-se o caminho para um estudo da própria *expressão* política, em lugar de continuar batendo na tecla de que cada grupo se faz *exprimir* por um partido, uma associação de interesses vindo se *exprimir* numa jogada política etc. Desse ponto de vista, a própria política se torna um ou vários jogos de linguagem aparentados, no sentido de Wittgenstein, cabendo-nos a tarefa de examinar as regras de emprego de cada um de seus elementos. No fundo disso tudo, reside a esperança de poder refletir sobre a política como uma forma representativa sem cair, de um lado, no preconceito de que uma palavra ou um deputado representa porque está no lugar duma coisa ou de um interesse, de outro, no isomorfismo místico que pensa os movimentos da sociedade civil reproduzindo-se nos lances da política; estes seriam compreendidos se reportados àqueles. Deus me livre de cair na estéril discussão sobre a autonomia absoluta ou relativa do político, pois recuso desde logo essa nominalização. Prefiro a tarefa mais modesta de procurar entender o que querem dizer os políticos quando negociam entre si e pedem votos a seus eleitores. Desde logo estou, pois, me movendo no âmbito de uma política democrática e representativa que quer dizer algo.

Bem sei que essas idéias não passam de um projeto ainda obscuro e confuso, mas estou mais disposto a correr o risco de impressionismo do que a cair na monotonia da repetição da coisa dita. A situação é nova e convém usar roupa nova, sem contudo esquecer de que o corpo é o mesmo. Este não é um artigo propriamente teórico, mas de intuições discursadas.

Impressiona-me o fato de que o político é um discursador, faz enquanto fala e, por mais estranho que pareça, fala antes de tudo com outro

político em vez de dirigir-se a seu público; os políticos começam acertando-se ou não entre si. Parece-me crucial entender o caráter deste acordo. Se dois caçadores estão agindo conjuminadamente para atingir a caça, se dois lutadores se comportam levando em consideração o movimento correspondente do outro, em todos esses casos cada ato se reporta a outro na individualidade. Entre os políticos, o outro não é tanto o indivíduo, mas este enquanto padrão de medida, ponto de referência do comportamento de terceiros. Quando Lula se acerta com Brizola, não é tanto com este gaúcho com tais e tais características, capaz de praticar estas ou aquelas ações, mas sobretudo em virtude de ele ser padrão de medida de comportamentos alheios, os quais são indiretamente visados por Lula. Se insisto neste ponto é porque isto confere a cada individualidade política um caráter reflexionante, um relacionamento com outro que constitui sua própria identidade. O indivíduo é um signo num contexto coletivo de atividades específicas. É nele que repousam os processos de identificação e projeção de seus eleitores ou simpatizantes, o que o transforma propriamente num representante, numa figuração de atitudes possíveis. E quando os representados estão seguindo a regra, o fazem porque se acostumaram, aprenderam, a agir de acordo com ela, agem *institucionalmente*, a ponto de poderem substituir o indivíduo portador da regra por outro, caso ele deixe de funcionar a contento. Do mesmo modo, podem modificar a regra conforme participam do jogo e percebem as mudanças de comportamento do líder, agora, carismático. O jogo político é aberto, recompondo suas regras na medida de seu próprio exercício.

As facções e os partidos são compostos de políticos, vale dizer que *pressupõem* a institucionalização, que sustentam estes últimos. Se os partidos são instituições voluntárias, se aglutinam políticos que armam certa estratégia para chegar ao poder e desenham um projeto nacional, não é por isso que devem ser equiparados a outras formas de associação. Os militantes seguem regras previamente estipuladas por eles próprios ou que acabaram por aceitar, regras que delimitam e *determinam* o jogo político, demarcando as balizas dentro das quais eles devem se mover. Ao contrário de outras associações, os partidos pressupõem a institucionalização do jogo político. Desse modo, partidos e jogos se complementam. O jogo político se esgarçaria se estendesse indefinidamente suas alianças, isto terminaria por negar a oposição fundamental entre companheiro e adversário. Daí a necessidade delimitante dos partidos com suas regras determinantes. No entanto, eles se assentam num jogo político que extravasa suas fronteiras. Num partido sempre existe uma periferia de políticos cujo jogo perpassa outros partidos.

Para a democracia importa mais um jogo político bem estruturado do que partidos fortes. Nada impede que os políticos estejam sempre em mudança e que os partidos se refaçam periodicamente e, ao mesmo tempo, se tenha um processo democrático estável, desde que a institucionali-

zação dos políticos esteja garantida. Na verdade, o regime militar equivale ao regime de um partido único, pois então o jogo político fica perfeitamente enquadrado nas regras determinantes, no balizamento, desenhados pelas forças armadas ou por esse partido. Se, porém, a multiplicidade partidária é condição da democracia, não vejo impedimento para que ela se instale com partidos fracos e jogo político forte. Importam as atividades reconhecidas dos políticos, suas constantes negociações e o funcionamento contínuo dos parâmetros para o comportamento dos eleitores.

Parece-me que nos últimos tempos houve uma espécie de curto-circuito do jogo político brasileiro, um embaralhamento de sua gramática. Se um aluno erra uma soma, não é por isso que está pondo em xeque as regras da aritmética, mas isto acontece se afirmar que dois mais dois são cinco e ainda argumentar em favor dessa equação ao ser advertido de seu erro. Convém distinguir erro com fundamento de erro contra o fundamento. Este último é o que tem acontecido no final da Nova República.

A reciprocidade muitas vezes se transformou numa troca direta, mercantilização do voto por uma benesse, do apoio por um cargo. Quando um eleitor vende seu voto degrada sua ação, mas, não sendo político, não põe em risco sua identidade como profissão. O político, entretanto, por este meio, destrói seu valor, avilta seu sentido enquanto disponibilidade para certas ações. Ao vender-se, ele simplesmente passa a jogar outro jogo, pois sua ação se torna *qualquer*, desde que receba uma contrapartida financeira, quando na verdade ele só tem valor pela capacidade de seus companheiros e eleitores de identificarem-se com ele e pela diferença que consegue estabelecer com seus adversários. Um político venal, em tese, não possui mais adversários, e portanto deixa de ser político. Obviamente sua estratégia consiste, de um lado, em vender-se para o Executivo ou para os grandes grupos econômicos, de outro, em esconder a negociata da vista de seus eleitores, apresentando-se como paladino da virtude e de certos ideais incorruptíveis. Na realidade, as regras do jogo político coexistem, em graus diferentes conforme grupos e partidos, com os negócios, mas não é por isso que não convém atentar para a especificidade das normas que regem tal jogo.

Um político se constitui enquanto instrumentalizador de certas esperanças e seus meios em oposição a outros tantos. Quando passa a alimentar ou a despertar esperanças inviáveis, também se nega enquanto político, pois sua mediação pode ser descartada pela relação direta com as massas por profetas ou messias. Nem sempre, numa sociedade moderna, chega-se a este extremo. Entre nós o que ocorria era um golpe de Estado que punha as coisas no lugar: as expectativas eram recalcadas para a vida privada, sendo políticos e profetas enquadrados ou substituídos por técnicos "competentes".

III

Nestes últimos anos de abertura, aos poucos foi se tramando um jogo político brasileiro. Por certo, durante a ditadura se fez política, mas não se praticou este jogo da democracia representativa que procuramos delinear acima, foi uma política mais da determinação do que da reflexão. No entanto, o governo Sarney e o próprio processo constituinte criaram obstáculos ao exercício democrático. O primeiro nutriu expectativas descabidas, por conseguinte esvaziando os processos de identificação dos políticos existentes e aviltando o princípio da reciprocidade. Não só com a ilusão do Plano Cruzado, prometendo inflação zero, desmoralizando as políticas econômicas heterodoxas e a própria idéia de congelamento de preços, mas ainda com o desmantelamento do sentido da função pública, de sorte que tudo o que é coletivo — sistema educacional, seguridade social, arrecadação fiscal etc. — transformou-se num fazer de conta, numa promessa não cumprida. Nunca se viu tamanha degradação de tudo o que é público, a ponto de chegar-se a usar recursos públicos como se fossem privados.

Não há dúvida de que a nova Constituição, com todas as suas ambigüidades, representa enorme avanço democrático. O processo constituinte, porém, enclausurou o jogo político, reforçando a reciprocidade e os negócios e restringindo os mecanismos de identificação e projeção. Enquanto se elaborava a nova Carta a vida do povo piorava dia a dia, de sorte que a própria atividade política saiu desprestigiada. Não foi à toa que aumentou a popularidade do governo militar e alguns passaram a acreditar que antes "eram felizes e não sabiam". O político é identificado, pela grande massa, com a imagem moderna do sofista, na medida em que, na maioria, os partidos deixam de organizar seu público, de discutir com ele políticas alternativas, abdicando de suas funções propriamente educativas.

Não estou desconhecendo que a sociedade de massas e, notadamente, nossa forma de presidencialismo favorecem a personalização dos políticos. Uma coisa, porém, é a identificação propriamente carismática, identificação com o líder como demiurgo de um mundo novo, depositário das expectativas mais inverossímeis, cuja efetivação implicaria quase sempre absurdos lógicos. Em política isto só se torna possível não só com o enfraquecimento das instituições partidárias, mas mais com o enervamento do jogo político. Outra coisa é a identificação com o líder regulador, com o político enquanto instrumentador de esperanças, cuja realização ainda que necessite transformar o mundo não apela para o fantástico e o absurdo. Trata-se de uma diferença de forma de julgar.

O primeiro sintoma da desorganização partidária e do enervamento do jogo político aparece na última eleição municipal. Em pontos importantes do País a máquina falha, a campanha se desenrola em torno de personagens que lutam por tornarem-se o ponto de identificação e aglutinação das insatisfações populares mais descabidas. O exemplo flagrante

é a eleição de Luiza Erundina. A vitória não é tanto do PT com seu ideário, suas propostas e sua rede política, mas de uma figura *outsider*, cuja característica maior consiste em negar a política vigente. Tudo se passa como num processo de saturação: adiciona-se mais açúcar a uma solução até que, de repente, cristais se depositam no fundo do frasco. Não se estava assim preparando o terreno para a eleição de Fernando Collor de Mello à Presidência da República?

Os políticos, ademais, se fecharam numa espécie de "cretinismo parlamentar", pensando que o desenho de um Brasil ideal, obtido pela nova carta institucional, seria capaz de dar o parâmetro de suas próprias ações. Ora, uma Constituição mede o comportamento de juízes, executores e cidadãos, define certos limites para o jogo político, mas os trunfos que os constituintes obteriam na votação de cada artigo não se transformariam automaticamente em trunfos servindo como ponto de aglutinação para as expectativas populares. Neste plano, falhou inteiramente a estratégia de Ulysses Guimarães, que pretendia sair em campanha brandindo o livrinho da nova Constituição. O processo constituinte não transformou a Constituição numa aspiração do povo. Quando o governo já caiu nas mãos de um grupo de aventureiros, não é de esperar-se que integre os aventureiros populares do Congresso?

O PMDB foi o maior sacrificado pela cegueira de pensar que os trunfos na Constituinte passariam quase que automaticamente para a sucessão. As eleições de 1986 lhe deram a maioria no Congresso e, praticamente, o monopólio dos governos estaduais. Chegou-se a dizer que a Constituição seria o que o partido quisesse. A estupenda vitória, porém, emperrou seu jogo político e enfraqueceu sua força administrativa. Desde logo José Sarney e seus aliados constituíram um corpo estranho na Nova República que se instalava. De um lado, este grupo arregimentava pedaços do antigo regime, de outro, teve que negociar cada decisão importante com o partido hegemônico. Daí a fraqueza intrínseca do governo, nem podia governar sozinho nem aprender com seus próprios erros. Além do mais, nunca foi possível responsabilizá-lo totalmente por seus enganos.

Entre José Sarney e Ulysses Guimarães estabeleceu-se, a despeito deles próprios, uma simbiose profunda. Se na verdade um procurava engolir o outro, ambos sabiam que este ato de canibalismo só ocorreria na sucessão. A democracia não estava consolidada, os militares continuavam com poder de veto importante, de sorte que a abertura dependia da convivência de todos. E o presidente da República e o presidente do Congresso praticavam entre si uma surda guerra de posições, tornando o governo inviável, desgastando ademais suas próprias figuras políticas. Acresce que os governadores, na expectativa de maiores recursos para suas administrações, vestiram a máscara de Janus: o partido ônibus logo se converteu numa jamanta carregada de automóveis usados.

A oposição a essa convivência deu origem ao PSDB; o novo partido pretende reforçar o jogo político, arma um ideário convincente e adequado às expectativas das classes médias, mas, com raras exceções, não con-

segue atrair políticos no Executivo, estes enredados como estão pela simbiose Sarney/Ulysses. Por isso até agora não montou sua própria máquina eleitoral, restringindo-se a um partido que funciona bem no parlamento mas que depende, no seu contato com as massas, de figuras de identificação isoladas. É sintomático que desde o início ele se aglutine como um partido em função da candidatura Mario Covas.

Percebe-se, pois, que a própria dinâmica dos partidos-chaves da Nova República — PFL, PMDB e, depois, PSDB — termina por mergulhar a sucessão no elemento das identificações inteiramente individuais. Com isto se prepara o terreno para a aventura, não sendo à toa que no páreo se lancem 22 candidatos. O jogo político se mostra incapaz de selecionar os candidatos viáveis. Acresce ainda que uma eleição solteira para a Presidência, em nossos países, tem a virtude de despertar toda uma mitologia da vida cotidiana, ligada à idéia de nação e ao próprio sentido do espaço público. Mais parece uma eleição do Papa; não tanto a escolha do supremo funcionário da Igreja, mas do herdeiro de São Pedro que, possuindo as chaves do céu, tem a virtude de mediar entre os homens e a divindade. Antes de ser o primeiro funcionário do Estado, o presidente da República desenha uma *religião* imaginária entre as partes esgarçadas da nação para formar um corpo místico, enorme espelho onde cada um possa procurar a nitidez de sua imagem. Isto porque o País carrega certa massa informe e desorganizada, está dilacerado por conflitos internos irredutíveis, desregulado pelos efeitos anômicos duma inflação avassaladora, duma migração que joga para as grandes cidades uma poeira de pessoas em movimento browniano. Não surge outro alimento para um golpe de mão?

IV

Fernando Collor de Mello soube, com muita habilidade, aproveitar-se dessa conjuntura. A marginalidade de Alagoas lhe trouxe a primeira vantagem; o antigo prefeito e governador fez acreditar que não era político, ainda mais, punha-se contra toda política vigente. Note-se que também Lula continua a afirmar que não passa de um torneiro mecânico, a despeito de não manejar um torno há anos. Mas para negar a política, Collor precisava encenar situações concretas, como se postar em frente ao Planalto de bolsos revirados e assim por diante.

Numa sociedade de massa, o político não é em geral uma figura popular. Em virtude, porém, do distanciamento entre o Brasil legal, a normatividade restritiva, e o Brasil real do jeitinho, o político aparece como um farsante, um mentiroso. Muitos ainda aprovam aquele que rouba mas faz; no final das contas o assalto aos cofres públicos e contra as grandes empreiteiras não afeta diretamente o bolso do assalariado. E Paulo Maluf deve a recuperação de sua imagem ao ressurgimento desse mote adhema-rista. Para outros, porém, justamente aqueles mais desprotegidos, viven-

do nas periferias das cidades ou nos poros das casas burguesas prestando serviços domésticos, a competência é uma afronta, um privilégio de que o outro se apropria indevidamente. A competência não é vista como capacidade duma pessoa, parece hipostasiada num céu platônico à disposição dos poderosos. Mais do que suas obras, Collor acentua sua impotência, faz com que tudo aquilo que deixou de fazer apareça como resultante das intrigas do governo central.

A luta contra os marajás foi outro eixo de sua campanha. Em vez do insaciável tubarão antigo, a nova metáfora salienta agora que o explorador é um alto funcionário público (não mais o empreendedor privado) que incha seu salário por truques de legislação. A exploração é percebida como provindo do próprio governo, de sorte que o Estado, em vez de cumprir suas promessas de bem-estar social, fica desvirtuado pela ganância de seus funcionários. Para a constituição dessa figura do marajá como inimigo público número um, parece-me importante o confronto de Collor com o Judiciário. O Robin Hood de Alagoas, ex-playboy de Copacabana e de Brasília, aparece com a coragem de desobedecer à norma legal para sanear as finanças de seu estado. A partir daí "marajá" passa a significar o rico explorador apoiado em privilégios legais, mostrando como a exploração está embutida na própria legalidade. Tanto é assim que uma pesquisa do DataFolha, de 14/1/90, aponta que 49% dos paulistanos aprovam a viagem milionária que o presidente eleito acaba de fazer. Não é a riqueza ostentatória que preocupa o povo, mas a legalização do privilégio como forma de distanciar o pobre do rico.

Nessas condições, a denúncia contra a corrupção ganha novos traços. O tubarão corrupto era o símbolo duma corrupção social, o marajá corrupto sinaliza a corrupção do próprio Estado, viciado em sua estrutura normativa, ineficaz na sua rede de serviços. Desse modo, a crise não é percebida tanto como social, mas, sobretudo, como uma crise do Estado, da própria legalidade. Sob este aspecto, a caça aos corruptos, além de aparecer como uma luta contra os privilegiados, ainda surge como uma batalha contra a própria legalidade responsável pelos privilégios. Isto se compreende melhor se levarmos em conta a situação de anomia em que vivemos, quando a destruição dos parâmetros que pautam a ação dos agentes econômicos propicia uma paranóia generalizada, onde todo o mundo se sente ao mesmo tempo perseguido e perseguidor. Há uma continuidade entre os fiscais do Sarney, durante o Plano Cruzado, e o caçador de marajá com seu bando imaginário arregimentado nos comícios. Todos brigam pelo cumprimento da norma, mas ela surge do céu, não resulta duma vontade geral; se é a vontade de todos é porque todos se submetem ao mandamento de Deus superego.

O voluntarismo de Collor cai, pois, em terreno fértil. Em dois momentos da campanha ele se mostra efetivamente. O primeiro foi durante o triste episódio da candidatura Sílvio Santos. Sarney e seu grupo, apoiado no PFL, logo percebem que o jogo político estava falhando e que a compra duma parte do Congresso não poderia repetir-se na compra da

nação. Durante a campanha os processos de identificação e saturação andavam soltos. Eles só teriam sucesso se encontrassem um candidato apelativo. Os vetos do Governo à Lei Eleitoral preparavam uma substituição na última hora. Tendo falhado a tentativa de lançar o velho palhaço Jânio Quadros, restou-lhes a alternativa de jogar na liça o animador de TV Sílvio Santos. Enquanto os outros candidatos se refazem do susto, Collor vai direto para o programa eleitoral gratuito, coloca-se de frente à câmara e, com o dedo em riste, responsabiliza cara a cara o presidente pela manobra, em termos que nenhuma autoridade legítima poderia aceitar. Abala toda a mediação política, sua investida contra o Chefe do Estado passa então diretamente para as massas, mas ele diz tudo aquilo que estava preso em nossas gargantas. A partir daí se cria o clima que permitiu ao Superior Tribunal Eleitoral tomar uma decisão exemplar, excluindo a candidatura postíça. O segundo ocorre nos últimos dias da eleição, quando a candidatura Lula pega seu derradeiro impulso. Ameaçado por este avanço, Collor se fecha em sua casa, recusa toda assessoria e monta um ataque pessoal ao candidato das esquerdas, remexendo os esgotos do inconsciente coletivo. Nenhum escrúpulo lhe seria obstáculo na caminhada para o Palácio do Planalto.

A vitória de Collor foi um golpe duro no frágil jogo político brasileiro. Parece-me evidente que, se não lograr ele próprio estabelecer sua teia de alianças, sua única saída será um governo ensaiando um relacionamento direto com as massas desprotegidas. Em poucas palavras, populismo de direita. Já se previa que qualquer presidente eleito, nas condições atuais, seria fraco. O movimento que o levasse à chefia do Estado, apoiando-se basicamente em processos de identificação e saturação, terminaria por isolá-lo, deixando-o apenas cercado por seu pequeno grupo de aliados. Sua primeira tarefa há de consistir em construir um travejamento de alianças que lhe permita governar. No caso Collor, esta fraqueza, ademais, é reforçada pelo golpe de aventura que lhe assegurou a eleição.

V

Convém não perder de vista que a campanha como um todo mudou a fisionomia política do País. O clima de desânimo que, no início do ano, pesava sobre todos, foi substituído pelo entusiasmo dos comícios e pela discussão do futuro. E a polarização dos últimos dias fez antever a possibilidade de romper com a morna conciliação da Nova República. Espera-se uma grande remexida no sistema partidário. Não é aqui o lugar para examinar esta questão, que não pode ser analisada longe dos mapas eleitorais apontando as novas tendências do eleitorado. As próximas eleições vão repor com agudez os problemas regionais e somente depois dela é que se saberá como será o perfil nas futuras lutas políticas.

É preciso, entretanto, começar desde já a discutir o papel do PT, o grande vitorioso dessa eleição. Até que ponto poderá conciliar sua lin-

guagem socialista clássica com sua prática política sindicalista, sua abertura para as classes médias e a demanda corporativista de suas bases? Em vez de essas perguntas estarem sendo discutidas frontal e abertamente, estão sendo postas pela luta ranzinza das facções, num ambiente de ressentimento que ainda não aprendeu a valorizar a diferença e a dissidência como momentos importantes da própria identidade. É sintomático que os censores da ortodoxia já se propõem a fazer oposição a Luiza Erundina, até agora figura política de santa observância. Só porque, como todos os prefeitos que saíram do PT, ela procura maior grau de liberdade diante do partido para poder tornar mais ágil sua administração. Há questões teóricas que não podem ser mais proteladas. O que ainda significa socialismo, depois de tudo o que está acontecendo no Leste europeu? O que se pode entender atualmente por uma análise de classe? Como manter a clássica oposição entre a esquerda e a direita diante dos dilemas da modernização contra o arcaísmo? Enquanto, porém, os intelectuais orgânicos ou "desorgânicos" continuam a se enredar nessas questões, os intelectuais petistas precisam produzir desde já uma reflexão que capture as lições mais próximas da própria eleição, em particular aquela do segundo turno. Nele o PT chega pelas armadilhas da sorte. Se Brizola tivesse aproveitado melhor suas possibilidades de penetrar no PTB paulista, seria ele o adversário de Collor, mudando, por conseguinte, o panorama político atual.

Os partidos, em geral, não estavam preparados para uma ampla negociação durante o segundo turno, que implicava contatos prévios já no primeiro. Collor só tinha que manter sua aparente distância dos partidos e tecer por debaixo do pano a adesão individual dos políticos. A direita foi obrigada a jogar-se em seus braços, uns com desconfiança e a contragosto, outros entusiasmados por terem encontrado um protagonista digno de suceder Jânio Quadros. E os últimos dias da campanha mostraram como os privilegiados desta sociedade sabem ocupar as ruas e os espaços públicos para impedir que ondas de bárbaros periféricos possam invadi-los. Tudo, porém, num ambiente feérico, de fim de campeonato de futebol, quando vencedores e vencidos possuem em comum ao menos o gosto da festa. A velha cordialidade brasileira.

As esquerdas, porém, precisavam vencer os ressentimentos de outras campanhas, a oposição dos militantes mais religiosos que até o dia anterior tinham defendido palmo a palmo sua fé, sanar as diferenças ideológicas internas que aparentemente estavam cicatrizadas por palavras de ordem ambíguas (este é o caso em particular dos tucanos), enfim, tramar um tecido que pela diversidade só poderia resultar numa colcha de retalhos. O importante, contudo, é que esta colcha foi feita e que, pela primeira vez, políticos de várias procedências se encontraram, constrangidos, nos palanques. A própria conjuntura terminou por ensinar que existe, nas situações, uma força de união que supera as diferenças do jogo político. Convém mencionar a atuação brilhante de Lula e Brizola. O primeiro partiu para uma ampla negociação com todos os setores de esquerda, rompendo de vez com a tradição de isolamento do PT. Se tivesse venci-

do, é provável que fosse obrigado a repetir a operação de Felipe Gonzalez quando isolou os xiitas de seu partido. E Brizola deu uma lição de habilidade política, na superfície aderindo a Lula, mas sempre lhe pondo no sapato alguma pedra, como forma de marcar seu distanciamento e sua identidade.

Já no primeiro turno se percebia como o jogo político se desgarrara da intenção dos eleitores. Exceto os "colloridos" e os militantes mais ligados aos partidos, um contingente volátil estava em busca de seu candidato. Isto é normal numa sociedade de massas, principalmente onde o voto é obrigatório. Interessante é como a polarização do segundo turno revelou forças sociais que estavam além do jogo político. É possível dizer *grosso modo* que a direita mais os deserdados asseguraram a vitória de Collor. O que significam tais grupos? Os deserdados são aqueles que se infiltram pelos poros do sistema de mercado, que participam dele pela margem. Muitos deles votaram em Lula, mas grande número delegou para um messias a solução de seus problemas. Pediram mudanças sem saber ao menos delinear seus eixos principais. A direita sim soube o que pretendia. São todos aqueles que, a despeito de suas críticas a nosso capitalismo selvagem, temem que ele sofra mudanças significativas capazes de ameaçar seus privilégios. Os últimos dias da campanha se caracterizaram pelo renascimento da mitologia mais retrógrada de que "todo comunista come criancinhas". Este fincar o pé no *status quo* colaborou para que o outro lado formasse uma esquerda unificada.

Hoje muito se discute a pertinência da oposição esquerda/direita, que haveria de ser substituída pela oposição moderno/arcaico. O que significa, porém, "moderno"? Nada mais do que os padrões de comportamento, as relações formalizadas, os movimentos do mercado de trabalho e de capitais labilmente controlados por um planejamento do Estado. "Arcaico" indica tudo aquilo que foge desses padrões vigentes nas sociedades mais ricas. Não é aqui o lugar para discutir a vagueza desse conceito de moderno, que aponta tanto a Alemanha como o Japão como espelho da modernidade. E se não há dúvida de que, no Brasil, o arcaísmo marca tanto certos setores empresariais como certos movimentos sindicais, no entanto, não me parece conveniente abandonar de vez o conceito de esquerda.

Com a derrocada dos sistemas econômico-sociais do Leste europeu, com o desastre dos outros regimes comunistas, creio que um projeto de estatização total da economia, assim como de substituir a política pela administração, foi liquidado. Permanece, porém, a questão do planejamento. E aqui se infiltram diferenças radicais. Ele pode ser autoritário, democrático ou socialista. O que ainda pode significar "socialista"? Para retomar o núcleo duma tradição segura, o planejamento socialista há de visar uma completa subversão do sentido do trabalho em regime capitalista. Sabe-se que a mercantilização da força de trabalho não poderá ser superada pela mera abolição do mercado de trabalho; nada impede contudo que este funcione tendo em vista fornecer um excedente que não

escape do controle público dos próprios trabalhadores. Aqui se coloca não só a questão crucial da democracia, mas levanta-se o problema da abolição das formas de poder pelo trabalho. Provavelmente não se obterão soluções simples e unívocas para perguntas tão complicadas. Nos estreitos limites dessas observações impressionistas, escritas para começar a compreender a importância dos últimos fatos políticos no Brasil, cumpre tão-só assinalar que nossas aspirações de não "perder o bonde da história", de não ficarmos à margem da revolução tecnológica, devem estar associadas às esperanças de um mundo que, além de mais igualitário, seja também capaz de recuperar o sentido lúdico e social do trabalho. Existiram e ainda existem sociedades onde o trabalho para a troca não constitui o primeiro passo da humanização do indivíduo. Se o trabalho é basicamente um jogo coletivo, pode vir a exercer-se tendo seus meios de produção controlados pela própria coletividade. Cabe perguntar se os "selvagens" que vivem noutros sistemas produtivos não são mais felizes do que os marginais de Nova York ou os famintos do Nordeste, se uma sociedade de consumo não implica a exclusão duma parte da humanidade. Se os problemas cruciais da própria sobrevivência do mundo contemporâneo não podem ser resolvidos sem o avanço da ciência e da tecnologia, não convém ainda perguntar como ele há de integrar-se em nossa vida cotidiana sem nos transformar em robôs consumidores de "junk food"? A urgência de modernização não precisa distanciar-se duma crítica das raízes do próprio modo de vida contemporâneo. E se hoje não mais se acredita numa medida objetiva para a exploração do trabalho, isto não abole o fato de que o sistema capitalista ao mesmo tempo gera riqueza e pobreza, integra em seu bojo novos trabalhadores assim como também os expulsa.

Deste ponto de vista, com todos os seus vícios e tropeços, a aliança que se formou em torno de Lula, em oposição à direita "collorista", teve ao menos a virtude de romper com o velho preconceito brasileiro contra o trabalho manual: quase a metade do corpo eleitoral admitiu na Presidência um torneiro mecânico e um líder sindical. Não ocorreu o que se espera do segundo turno num país propriamente democrático — que o candidato derrotado se transforme em líder da oposição —, mas ficou o desafio de montar um jogo político moderno capaz de representar os anseios de mudança, essas forças contestatórias que ocorrem por baixo do leito da política, a esperança de alterar nossas atuais formas de sociabilidade. E a palavra "trabalhador" começa a ter mais peso político do que "assalariado".

VI

Das últimas eleições todos nós saímos amadurecidos. Cada vez mais se torna consciente a profundidade da crise, a necessidade de um diálogo permanente entre as várias forças políticas, até mesmo com as inimigas.

Não se trata de desenhar um grande plano de salvação nacional, sacrificar nossas diferenças em vista duma hipotética pátria unida. Mas se abre a possibilidade de reencontrar o sentido do espaço público, daquela praça que já foi do povo, onde a democracia possa vir a instalar-se como procedimento de constante negociação. Agora a iniciativa está nas mãos de Collor e de seus amigos aventureiros. Depois de fazer uma viagem a uma Disneylândia presidencial, como um menino que ganhou novo brinquedo e precisa curti-lo de imediato, ele começa a enfrentar a dura necessidade de armar os andaimes de seu governo. A direita pesada marca suas distâncias ou adere cautelosa, as esquerdas tratam de encontrar suas linhas de oposição, não pela teimosia de fazer oposição por ela mesma, mas pela necessidade de não deixar perder de vista o fato de que a crise será resolvida menos dolorosamente se for negociada. Parece que, num primeiro momento, Collor tentará um governo *milkshake* misturando tendências e personagens diversas. Não se pode desde já prever o resultado de um governo de aventureiros e arrivistas. Em face da pobreza e rarefação do jogo político brasileiro até que poderá dar certo. Se falhar, derrapará para a direita ou tentará aprofundar suas tendências populistas, apelando diretamente às massas como técnica de esconder fracassos. É a pior solução, que poderá gerar uma crise institucional.

José Arthur Giannotti é presidente do Cebap. Já publicou nesta revista "Cebap, vinte anos depois" (Nº 25).

Novos Estudos
CEBRAP
Nº 26, março de 1990
pp. 25-38
